

ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DE UMA INFLAÇÃO ELEVADA NAS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA E A AMPLIAÇÃO DAS DESIGUALDADES.

Amanda Laís dos Santos Pereira¹
Baltazar Canuto de Santana Neto²
Bruno Gabriel de Souza Trajano Silva³
Marcos Junior Barreto de Lima⁴

RESUMO

A variação dos preços decorrente a inflação não afeta por igual todas as rendas. Dependendo da renda, esse impacto pode ser inversamente proporcional. Este artigo tem como objeto analisar quais os impactos de uma inflação elevada, nas famílias de baixa renda e quais suas dificuldades em se manter, em meio, as altas taxas inflacionárias e como esse processo pode ajudar a ampliar as desigualdades sociais. O processo metodológico utilizado para realização desse estudo está baseado em pesquisas bibliográficas relacionadas ao tema. Foi realizada consultas em artigos, teses, dissertações, livros, publicações avulsas e fontes pesquisadas em websites. Que por fim, serviu de base para compreender, analisar e elucidar os impactos decorrente da inflação. Ora, objeto deste estudo.

Palavras-chave: Inflação; Renda; Famílias de baixa renda; Desigualdade social.

1. Introdução

A inflação sempre foi uma preocupação na vida população, principalmente aqueles que mais se sentem afetados. Sempre houve no mundo períodos de estabilização, bem como, períodos de crises. Em relação ao Brasil, esses períodos inflacionários sempre permaneceram presente. E cada família nesse tempo, foi impactada de uma forma, Em especial as famílias de baixa renda. Pois são elas que sentem de imediato essas variações nos preços dos produtos e serviços

Procura-se com o presente estudo compreender o conceito de inflação, bem como, compreender como é definido o conceito de família de baixa renda. E responder os seguintes problemas, como a inflação afeta as famílias de baixa renda, e como esse processo inflacionário ajuda a ampliar as desigualdades sociais?

¹ Graduanda em Ciências Contábeis na Faculdade de Ciências Humanas - ESUDA

² Graduando em Ciências Contábeis na Faculdade de Ciências Humanas - ESUDA

³ Graduando em Ciências Contábeis na Faculdade de Ciências Humanas - ESUDA

⁴ Graduando em Ciências Contábeis na Faculdade de Ciências Humanas - ESUDA

2. Inflação

A inflação é um termo da economia frequentemente utilizado para designar o aumento geral dos preços na sociedade. Ela representa o aumento do custo de vida para o consumidor e para as empresas, resultante da elevação do preço dos produtos e da desvalorização da moeda. (PENA, Rodolfo F. Alves, 2022).

Segundo Vianna (2003), a inflação é caracterizada pela alta contínua nos preços dos produtos e serviços de determinada região em certo período de tempo. Desse modo, à medida que os índices inflacionários aumentam, há uma redução do poder de compra.

A inflação é um resultado de uma complexa aferição, não existindo apenas uma forma de medição da inflação, pois ela afeta de forma diferente e individualizada cada pessoa ou empresa de acordo com Padoveze (2010). A inflação pode ocorrer devido a diferentes causas, tais como, o aumento na demanda, aumento, ou pressões, nos custos de produção, inércia inflacionária e expectativas de inflação e aumento de emissão de moeda.

A inflação torna-se prejudicial para o consumidor quando o seu nível aumenta em níveis muito altos e em um espaço de tempo curto, pois os reajustes salariais levam mais tempo para serem implementados, o que diminui o poder de compra do consumidor durante a maior parte do ano. Entretanto, se a renda de uma pessoa aumenta em um índice superior ao da inflação, significa que houve um aumento real da sua capacidade de compra, como afirma PENA (2022). Conforme Sampaio (2018), nesse período de inflação, as famílias de baixa renda são as mais afetadas, pois ficam mais exposta economicamente chegando a afetar o poder de compra, e conseqüentemente a distribuição de renda tende a piorar nesse período.

2.1 Principais índices de inflação no Brasil

A inflação não é medida apenas por um único índice, cada índice inflacionário possui um instituto próprio e responsável pelo seu cálculo. No Brasil, o principal índice para calcular o valor oficial é o IPCA, um acrônimo de Índice de Preços ao Consumidor Amplo. Ele é calculado mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Este índice é chamado de amplo pois tem o objetivo de abranger cerca de

90% da população urbana e determina a inflação de produtos e serviços do varejo consumidos por famílias que auferem renda de 1 a 40 salários mínimos, levando em conta os valores de uma cesta de produtos e serviços consumidos pela população. Estão inclusos, habitação, vestuário, despesas pessoais, transporte, comunicação, alimentação, saúde e educação.

Há outros índices que medem a inflação em diferentes setores do comércio de bens e serviços. Sendo um deles, o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), criado inicialmente para ser utilizado no reajuste do salário dos trabalhadores. Este índice avalia os mesmos parâmetros do IPCA, no entanto, contemplam as famílias com rendimento de 1 a 5 salários mínimos, o que equivalem a 50% das famílias brasileiras segundo o Portal Brasil. Este índice se aproxima mais da população com renda mais baixa e, portanto, mais sensível aos movimentos de preços de itens básicos. Além dos índices anteriormente mencionados, existem outros que auxiliam a medir a inflação em diferentes setores do comércio de bens e serviços de forma distintas, cada um com seu método.

2.2 Família de baixa renda no Brasil

Segundo os padrões governamentais, “baixa renda” refere-se a cidadãos cuja renda per capita mensal familiar não ultrapasse a metade de um salário-mínimo, ou seja, R\$ 550,00. Ademais, são também famílias cuja renda não ultrapasse os três salários-mínimos da renda total mensal. (SCHMIDT, Renata, 2021)

Schmidt (2021), explica que o indivíduo em situação de desvantagem social tem o direito de participar dos demais programas de assistência social criados a fim de garantir o seu sustento.

O Governo Federal estipula a faixa de renda para as famílias aptas a participar dos programas sociais. De acordo com Schmidt (2021), através do programa do Cadastro Único, o Estado consegue conhecer as famílias designadas de baixa renda e entender sua realidade socioeconômica. Tais informações, como, condições de moradia e acesso aos serviços básicos, bem como, as informações de cada membro que compõe essa família são cadastradas no Cadastro Único. Vale ressaltar que, os moradores de rua também compõem esse grupo e, portanto, fazem parte das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado.

Desde 2003, o Cadastro Único se tornou o principal instrumento para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais desenvolvido pelo Governo Federal, Governos Estaduais e Municipais. Pode-se dizer que, seu cadastro torna-se a porta de entrada para o reconhecimento dessas famílias e seu acesso a programas sociais. No entanto, de acordo com o Ministério da Cidadania (2022) *“estar no Cadastro Único não significa a entrada automática nesses programas, pois cada um deles tem suas regras específicas.”*

2.3 Impacto da inflação sobre as famílias de baixa renda

A erradicação da pobreza é uma das metas da humanidade e muitos planos de ação foram criados por governos a fim de minimizar as diferenças discrepantes de renda. Na Constituição Federal, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. (STEFFEN, Janaína, 2021)

A inflação alcança toda a população, no entanto, os que mais percebem as variações de preços são os mais pobres. Segundo dados do IBGE, 60% das famílias com menor renda é comprometida com alimentação. E o restante são gastos com outros itens prioritários como, luz, gás de cozinha e água, bem como, transporte, sendo ele particular ou privado. Fazendo com que, justamente esses itens básicos acabem sofrendo as maiores variações de preços, Dificultando ainda mais o acesso a essas famílias.

O mais grave impacto é na redução da renda dos mais pobres e no aumento das desigualdades sociais e da pobreza. Em uma situação de desemprego alto como a do Brasil, esse também é um efeito negativo relevante. (MIEBACH, 2022 apud CABERLON, 2022).

A inflação também pode ser sentida de forma diferente para cada faixa de renda, pois cada indivíduo possui um consumo diferente. Nesse caso, a inflação individual difere da inflação oficial do país. Pois dessa forma, o peso está relacionado ao que o indivíduo consome e não com o quanto se ganha. Tornando mais propício as famílias de baixa renda, cada uma ter sua cesta básica semelhante, diferentemente das famílias com renda maior. A renda também define o acesso a produtos de serviços. Famílias com renda maior tem o poder de compra potencializado, tanto em quantidade como em diversidade de produtos.

Entretanto, as famílias com o rendimento inferior têm o seu poder de compra restrito a produtos básicos.

De acordo com CABERLON (2022), *“As consequências da elevação de custo das mercadorias obrigaram as pessoas a mudar suas rotinas para fazer as necessidades caberem nas finanças.”* Ainda de acordo com CABERLON (2022), a inflação elevada dificulta a retomada da economia e o desenvolvimento das empresas que conseqüentemente reduz os postos de trabalho.

2.4 Como a inflação amplia as desigualdades

A inflação que temos hoje empobrece o brasileiro, que tem seu poder de compra reduzido, pois alimentos, tarifas públicas, gás de cozinha, combustíveis, energia, tudo tem subido muito acima da inflação, e a renda não vem crescendo. (LACERDA, 2022 apud OLIVEIRA, 2022).

A relação entre inflação e desigualdade social é um problema acompanhado de perto por pesquisadores e órgãos públicos, uma vez que o aumento do nível geral de preços reduz a renda real dos indivíduos cuja renda nominal não acompanha simultaneamente a inflação, sendo assim, a perda de poder aquisitivo das famílias será permanente se a renda dos trabalhadores não tiver aumentos reais (acima da inflação).

Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), (2022 apud OLIVEIRA, 2022), a cesta básica, por exemplo, custava R\$ 626,00 em São Paulo em março do ano passado. Em março de 2022, ficou em R\$ 761,19, um aumento de 21,6%. Se um trabalhador recebeu agora em abril um reajuste de 11,3% (inflação oficial no período), ele terá de comprar menos alimentos. Essa perda de poder de compra fica permanente, mesmo com o reajuste. A pessoa fica mais pobre e não consegue alcançar o nível de consumo que tinha antes. E muitos trabalhadores não têm nem o reajuste pela inflação, o que é pior ainda.

Segundo SARAVALLE (2022), levando em consideração um horizonte de 10 anos, de 2012 a 2022, o reajuste salarial obteve um crescimento menor a cada ano até 2019, desconsiderando pequenas variações maiores em alguns períodos. Vale ressaltar que o aumento do salário mínimo para proteção contra inflação é assegurado pela Constituição. Sendo assim, de forma geral, produtos básicos essenciais são mais afetados pelo aumento de preços. Assim, a população de baixa renda acaba sendo mais impactada.

3. Conclusão

A inflação como fica evidenciado sempre terá um efeito monetário, acarretando de imediato a perda do poder de compra da moeda. Podendo suas causas ser por aspectos internos ou externos. No entanto, esse processo não afeta todo mundo do mesmo jeito, a depender da renda, o impacto gerado pela inflação pode ser potencializado para algumas famílias.

Em geral, as famílias de baixa renda são as primeiras a sentir o peso da variação dos preços por conta do processo inflacionário do que aquelas famílias com renda maior.

Nesse período inflacionário essas famílias que, por sua vez, vem de um processo de exclusão tanto pela sociedade quanto pelo Estado. Sendo-lhe negados, os princípios básicos garantido pela constituição, enfrentam mais uma dificuldade que é o acesso a alimentação. É justamente esse básico que acaba sofrendo as maiores variações de preço, justamente esses produtos ligados à subsistência dessas famílias que o seu acesso é restrito ou até mesmo negado.

Diante do exposto, fica evidente a necessidade de políticas públicas, que ampare essas famílias e permita viver com dignidade. Por outro lado, em um país desigual e que não possui uma política social, monetária e fiscal eficaz, certamente a renda da população continuará sendo parâmetro para definir o acesso a produtos, serviços e lugares.

REFERÊNCIAS

CABERLON, Leonardo. Qual o impacto da maior inflação na sua vida? Entenda. **Humanista, jornalismo e direitos humanos**, 2022. Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/humanista/2022/02/22/qual-o-impacto-da-maior-inflacao-na-sua-vida-entenda/> > Acesso em: 22 de novembro de 2022.

MIEBACH, Alessandro. Qual o impacto da maior inflação na sua vida? Entenda. 2022, in: CABERLON, Leonardo. **Humanista, jornalismo e direitos**. Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/humanista/2022/02/22/qual-o-impacto-da-maior-inflacao-na-sua-vida-entenda/> > Acesso em: 22 de novembro de 2022.

Ministério da cidadania, **Cadastro Único**, o que é e para que serve. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve-1> Acesso em: 21 de novembro de 2022

Ministério da cidadania, **Cadastro Único**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a-informacao/carta-de-servicos/avaliacao-e-gestao-da-informacao-e-cadastro-unico/cadastro-unico>>. Acesso em 22 de novembro de 2022.

OLIVEIRA; João José. Preços bem mais altos que inflação deixarão brasileiro mais pobre por anos. **economia.uol**, 2022. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/04/17/inflacao-vai-deixar-brasileiro-mais-pobre-por-anos-dizem-economistas.htm>> Acesso em: 19 de novembro de 2022.

PADOVEZE, Clóvis Luis, **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil** – 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

PENA, Rodolfo F. Alves. "O que é inflação?"; **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-inflacao.htm>>. Acesso em 13 de novembro de 2022.

PORTAL BRASIL. Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. **Portal Brasil**. Disponível em: <<https://www.portalbrasil.net/inpc/>>. Acesso em: 14 de novembro de 2022.

PORTAL BRASIL. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. **Portal Brasil**. Disponível em: < <https://www.portalbrasil.net/ipca/>>. Acesso em: 14 de novembro de 2022.

SAMPAIO, Luiza Maria S. Moreira. **Macroeconomia esquematizado**®. 3 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SARAVALLE, Marco. Poder de compra: Como a inflação contribui para a desigualdade social. **Investidor, estado**, 2022. Disponível em: <<https://investidor.estadao.com.br/colunas/marco-saravalle/poder-compra-inflacao-desigualdade-social>>. Acesso em: 19 de novembro de 2022.

STEFFEN, Janaína. Quem é a população de baixa renda? **Autossustentável**. Disponível em: <https://autossustentavel.com/2021/12/quem-e-a-populacao-de-baixa-renda.html>. Acesso em: 21 de novembro de 2022.

SCHMIDT, Renata. Baixa renda entenda quem pode ser considerado como um. **Notícias concursos**, Disponível em:<https://noticiasconcursos.com.br/baixa-renda/#:~:text=Segundo%20os%20padr%C3%B5es%20governamentais%2C%20E2%80%9Cbaixa,m%C3%ADnimos%20da%20renda%20total%20mensal>. Acesso em: 21 de novembro de 2022.

VIANNA, Pedro Jorge Ramos. **Inflação**. 1. ed. Barueri: Editora Manole, 2003